



PATRICIA PECK PINHEIRO
Advogados Especialistas em Direito Digital

Confira o que aconteceu no Direito Digital e no mundo da tecnologia na última década e celebre conosco o aniversário de 10 anos do escritório Patricia Peck Pinheiro Advogados.

LINHA DO TEMPO DIGITAL

10 ANOS

2014

Pesquisa do CGI.br revela que há 85,9 milhões de usuários domésticos de internet no Brasil.

Governo Federal lança o Portal do Consumidor, um serviço para facilitar o diálogo entre consumidores e fornecedores e a resolução de conflitos.

Debates sobre Privacidade Digital ocorrem em todo mundo, promovidos por empresas como a Google, que organiza uma série de reuniões pela Europa

para discutir o assunto. Diversos países debatem os limites de uso de dados na Sociedade Digital, como fica o paradoxo entre a proteção do indivíduo e a necessidade de aumento de Segurança Pública Digital para combater o crime organizado e o terrorismo na internet.

Lei nº 12.965 (Marco Civil da Internet) é sancionada e inaugura uma legislação específica para estabelecer direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.



2013

Lançamento da 5ª. Edição da obra "Direito Digital", especial de 10 anos do lançamento da 1ª. Edição e 3 vezes maior (com 671 páginas).

Escândalo da NSA (Agência de Segurança Nacional) ficou conhecido como "Caso Snowden", em referência a Edward Snowden, ex-técnico da CIA que denunciou a espionagem.

Entra em vigor a Lei nº12.850 que define organização criminosa, dispõe sobre investigação criminal e meios de obtenção de prova.

Lei nº 10.764 altera o art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, incluindo a internet no tipo penal da pornografia infantil.

Portaria 422 do Ministério da Fazenda é publicada e regulamenta a distribuição gratuita de prêmios, visando esclarecer o que é e o que não é um Concurso Cultural e como ele deve funcionar.

Decreto nº 7.962 é publicado e traz novas regras para regulamentar o comércio eletrônico.

Lei 12.865/2013 é aprovada e cria os arranjos de pagamentos, uma nova regulamentação para os meios de pagamento digitais com atenção especial aos serviços móveis e às moedas digitais. Também por meio da Lei 12.865/2013 fica estabelecido o valor de original ao documento digitalizado nas operações e transações realizadas no sistema financeiro nacional.

Decreto nº 8.135/2013 é publicado e dispõe sobre a necessidade de se proteger as comunicações de dados da Administração Pública, em resposta ao "Caso Snowden".



2012

Os Projetos de Lei "SOPA" e "PIPA", que visavam combater a pirataria na internet, causando polêmica e protestos em nome da liberdade na rede, são arquivados nos EUA.

Patricia Peck Pinheiro Treinamentos realiza o primeiro evento brasileiro sobre Privacidade Digital, chamado "Direito Digital Comparado: Tendências no Brasil e no Mundo" e traz especialista internacional para apresentar a tendência do tema tratado nas mais recentes diretivas europeias.

Lei nº 12.737 ("Lei Carolina Dieckmann") é sancionada e torna crime a invasão de dispositivos eletrônicos.

Lei nº 12.682 (Lei da Digitalização) é sancionada e trata sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.



2011

É lançado oficialmente o Processo Judicial Eletrônico (PJe), um sistema para a automação do Judiciário.

É aprovada em assembleia da ICANN a criação dos domínios genéricos globais (gTLD, sigla em inglês para Generic Top Level Domain), o qual possibilitou o registro de extensões de caráter genérico ou que reproduzam uma marca registrada.

Lei nº12.551 é sancionada e traz alterações do artigo 6º da CLT equiparando o trabalho presencial ao trabalho remoto (home office e mobile office).



2004

Fundação do Escritório Patricia Peck Pinheiro Advogados, após 2 anos do lançamento da 1ª. Edição do livro "Direito Digital", da Dra. Patricia Peck, obra inédita no Brasil, que trouxe uma visão mais avançada e atualizada do Direito em uma Sociedade Digital, conectada, sem papel, com relações não presenciais, testemunhas máqui- nas, fronteiras de informação, ativos intangíveis e um 4º. Elemento para a Teoria Tridimensional do Direito – Fato, Valor, Norma, Tempo (com 290 páginas).

Criação do Facebook. Com 1,32 bilhão de usuários mensais, atualmente é a maior rede social do mundo e é considerado o 3º maior país do mundo (onde o conceito de país abrange um determinado território com uma comunidade que tem linguagem, costumes e regras em comum, no caso, por meio do seu Termo de Uso).

Lei nº 11.077 - Sancionada a nova "Lei da Informática" que concede incentivos fiscais para o desenvolvimento informático.



O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) passa a ser responsável pelas funções administrativas do domínio ".br".

Instituída a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, norma que estabelece diretrizes e princípios para a gestão da segurança da informação.

Lei nº 11.196 - Publicada a "Lei do Bem" que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs.



Domínios ".br" atingem a marca de 1 milhão de endereços.

Lançamento da WikiLeaks, uma organização sem fins lucrativos que publica documentos e informações "vazadas" do governo e empresas.

Lei nº 11.419 é sancionada e estabelece a legalidade dos atos no Processo Eletrônico do Judiciário e seus parâmetros.

2007

Lançamento da 2ª. Edição da Obra "Direito Digital" (com 407 páginas).

Apple lança o iPhone, que foi eleito como "a invenção do ano" pela revista Times.

Lei nº 11.484 é aprovada e cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.



2008

Começam as negociações sobre o Anti-Counterfeiting Trade Agreement (ACTA), um tratado global de proteção de direitos autorais e propriedade intelectual entre os países participantes. Em 2012, após protestos, a União Europeia rejeitou o ACTA.

Lei nº 11.829 é aprovada e altera a Lei nº 8.069/1990 (o Estatuto da Criança e do Adolescente) para aprimorar o combate à pornografia e pedofilia na internet, tornando também criminoso aquele que provê recurso para armazenamento, publicação e distribuição de conteúdo de nú de menor na internet.

2009

Lançamento da 3ª. Edição da obra "Direito Digital" (com 411 páginas).

Movimento Família Mais Segura na Internet é idealizado pela Dra. Patricia Peck e é lançado no Brasil com o apoio de diversas instituições para promover ensino sobre ética e segurança digital.

Aprovada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) a Resolução "Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil"

Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego é publicada para disciplinar o registro eletrônico de ponto (SREP).



2010

Lançamento da 4ª. Edição da obra "Direito Digital" (com 472 páginas).

Fundação do Instituto ISTART que possui entre os seus projetos o Movimento Família Mais Segura na Internet para promover ensino sobre Ética e Segurança Digital.

Fundação da Patricia Peck Pinheiro Treinamentos e Desenvolvimento para promover mais compartilhamento de conhecimento e capacitação sobre os novos temas do Direito Digital.

Domínios ".br" atingem a marca de 2 milhões de endereços.

Um mundo cada vez mais digital e conectado

Na última década, vimos a chegada da banda larga de qualidade e a consolidação dos dispositivos móveis por meio de um efeito chamado "consumerização". Assim, smartphones e tablets passaram a fazer parte do dia-a-dia da população e invadiram os ambientes de trabalho. O espaço mais democrático da Sociedade atual não é mais a praia, mas sim a internet.

A responsabilidade sobre o conteúdo

Ao longo desta década, após muitas discussões no âmbito judicial e legislativo, consolidou-se o entendimento, com o Marco Civil da Internet, que a responsabilidade pelo conteúdo é de quem o publica, mas que a inércia para agir quando isso envolva danos a terceiros responsabiliza o serviço onde o conteúdo está postado se, após ordem judicial, não o remover, à exceção de conteúdo de nú ou envolvendo menores de idade, que continua responsabilizando aquele que não o exclui após ciência do mesmo, que pode ser por simples denúncia ou notificação extrajudicial. A Internet atual perpetua mais a informação e trouxe devido a isso também o "Direito ao Esquecimento" como um direito do cidadão digital.

O poder da comunicação em rede

Os 4 pilares da Sociedade Aberta (Open Society) são Transparência, Colaboração, Compartilhamento e Mobilização. A tecnologia permitiu a união de pessoas em torno de um objetivo comum em uma dimensão global e trouxe o poder das manifestações digitais, como a Primavera Árabe.

O consumidor digital

O comércio eletrônico alcançou também as mídias sociais e cada vez mais o cliente quer ser atendido por um balcão digital. O consumidor ganhou mais espaço na internet para se expressar e passou a ter mais conhecimento dos seus direitos e do poder do seu clique.



PATRICIA PECK PINHEIRO
Advogados Especialistas em Direito Digital

Patricia Peck Pinheiro Advogados 55 (11) 3068-0777 | contato@pppadvogados.com.br

Acompanhe-nos em nossas mídias sociais:



/PatriciaPeckPinheiro



/PatriciaPeckAdv



/pppadvogados



Patricia Peck Pinheiro Advogados